

**Projecto de Resiliência para a Região Norte de Moçambique  
(Projecto n. 174635)**

**QUADRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL**

**ANEXO IX – AVALIAÇÃO DO RISCO DE  
VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO**

**DRAFT**

## Índice

ANEXO IX – AVALIAÇÃO DO RISCO DE VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO .....	1
Abreviaturas .....	2
1 Introdução .....	3
1.1 Objectivos gerais e específicos .....	3
2 Violência Baseada no Género (VBG).....	3
3 Contexto sobre VBG .....	4
3.1 Quadro político-legal .....	4
3.2 Relações de Género e Violência Baseada no Género.....	5
3.2.1 Conflito em Cabo Delgado e influência sobre a Violência Baseada no Género .....	6
4 Mapeamento dos Prestadores de Serviços de VBG.....	8
4.1 Organizações estatais e poder local .....	8
4.2 Organizações Não- Estatais que actuam na protecção dos direitos das mulheres e VBG .....	9
5 Análise dos Riscos e Acções para a Redução nas Áreas do Projecto .....	12

### Abreviaturas

CAI- Centro de Atendimento Integrado

CEDAW- Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência Contra a Mulher

CGRN- Comité de Gestão de Recursos Naturais

CECAGE- Centro de Estudos de Género

Covid-19- Corona – Corona Virus Disease/ Doença do Coronavírus

FNUAP- Fundo das Nações Unidas para a População

MGCAS- Ministério do Género, Criança e Acção Social

MULEIDE- Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento

ONU Mulheres- Entidade Das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres

ONG- Organização Não-Governamental

OSC- Organização da Sociedade Civil

SDSMAS- Serviços Distritais de Saúde, Mulher e Acção Social

UEM- Universidade Eduardo Mondlane

UNFEM- United Nation Development Fund for Women/Fundo de desenvolvimento da Nações Unidas para as Mulheres

VBG- Violência Baseada no Género

## 1 Introdução

O presente anexo do Quadro de Gestão Ambiental e Social apresenta a Avaliação de Riscos de Violência Baseada no Género (VBG), nas áreas do *Projecto Resiliência e Meios de Subsistência Sustentáveis para a Região Norte*. O projecto irá abranger as seguintes províncias e distritos: **Niassa** (Lago, Chimbonila, Majune, Marrupa, Mecula Sanga), **Nampula** (Memba, Erati, Mecuburi, Ribaué, Moma, Larde, Angoche, Mossuril) e **Cabo Delgado**: Montepuez, Namuno, Mecufe, Metuge).

### 1.1 Objectivos gerais e específicos

- (i) Identificar riscos preexistentes de VBG e aqueles que podem ser exacerbados ou que possam surgir com as actividades do projeto;
- (ii) Realizar o mapeamento de prestadores de serviços de VBG nas áreas circundantes do projeto que possam ser usados pelos beneficiários;
- (iii) Identificar medidas de mitigação para reduzir o risco de VBG.
- (iv) Desenvolver um Plano de Acção para mitigar esses mesmos riscos;

A avaliação baseou-se no método qualitativo, que incluiu essencialmente a revisão de literatura sendo os principais documentos consultados: estratégias sectoriais; documentos do projecto, a avaliação prévia de risco de VBG do Banco Mundial; material recolhido para avaliações de projectos e áreas similares e estudos recentes sobre questões emergentes (conflito em Cabo Delgado, COVID-19, desastres naturais recentes e cíclicos) que podem influenciar o aumento ou ocorrência da VBG.

## 2 Violência Baseada no Género (VBG)

Cruz e Klinger (2011) definem VBG como sendo uma forma generalizada de violência enraizada nas relações de poder desiguais entre mulheres e homens, e reflecte e reforça o estatuto subordinado das mulheres em muitas sociedades. É ainda definida como “violência dirigida contra uma pessoa por causa do género dessa pessoa ou violência que afecta pessoas de um determinado género de forma desproporcional”<sup>1</sup>. A violência baseada no género é cada vez mais usada para definir actos de violência enraizada em alguma forma de "ideologia patriarcal" com o objetivo de manter o poder social dos homens (Conselho da Europa, 2007).

Os termos violência contra mulheres e violência baseada no género, são frequentemente usadas de forma intercambiável quer na literatura quer pelos defensores dos direitos das mulheres, contudo a VBG enaltece a dimensão de género, mais concretamente a interligação entre (i) o estatuto de subordinação da mulher e; (ii) a crescente vulnerabilidade à violência derivada das relações desiguais de poder e papéis de género. O termo VBG providencia uma oportunidade para examinar e perceber o fenómeno da violência contra a mulher deixando de olhar para a mulher como vítima, mas sim focalizando no género e relações de poder entre o homem e a mulher criadas e mantidas por estereótipos de género (UNFEM 2001). Neste contexto as mulheres podem ser vítimas de VBG perpetrada por outras mulheres na

---

<sup>1</sup> [https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence\\_en](https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en)

tentativa de exercer o poder patriarcal e significa ainda que homens e rapazes podem também ser vítimas de VBG, com especial atenção à violência sexual, como nos casos em que estes são considerados como estando “fora do padrão” tradicional dos papéis de género. No entanto é importante ter em conta que a grande maioria das vítimas de VBG são as mulheres.

A VBG tem efeitos muito negativos para a vítima/sobrevivente, sua família e comunidade uma vez que pode resultar em danos de diferente natureza, tais como física, sexual, económica e psicológica e outras formas de sofrimento para as vítimas, levando muitas mulheres a não gozarem do seu direito de participar e usufruir dos benefícios e iniciativas de desenvolvimento nas suas comunidades.

### **Formas de violência baseada no género**

- a) Física: resulta em lesões, angústia e problemas de saúde. Formas típicas de violência física são espancamento, estrangulamento, empurrão e uso de armas para atacar a vítima;
- b) Sexual: inclui actos sexuais, tentativas de obter um acto sexual, actos de tráfico ou outros actos dirigidos contra a sexualidade de uma pessoa sem o consentimento da pessoa;
- c) Psicológico: inclui comportamentos psicologicamente abusivos, como controle, coerção, violência económica e chantagem;
- d) Económica: inclui barreiras impostas pelo violador para que a vítima possa ter acesso ao dinheiro ou recursos. A pressão para não trabalhar e ficar em casa ou o controlo dos recursos, são exemplos muito claros de violência económica.

Fonte: [https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence\\_en](https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en)

### **Alguns exemplos de VBG<sup>2</sup>**



## **3 Contexto sobre VBG**

### **3.1 Quadro político-legal**

Desde a ratificação da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência Contra a Mulher (CEDAW) em 1997 e a adopção da Declaração e Plataforma de Acção de Beijing, bem como da consideração da igualdade de género como princípio constitucional, Moçambique fez progressos significativos a nível político, legal e institucional no que concerne aos esforços para eliminar a VBG. Alguns marcos incluem: a existência de uma Política Nacional de Género e sua Estratégia de

<sup>2</sup> Mais informações sobre definição podem ser encontradas em (entre outras fontes): [https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence\\_en](https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en)

World Health Organization (WHO) Covid 19 Questions and Answers. 2020. <http://www.emro.who.int/health-topics/corona-virus/questions-and-answers.html>.

UN Women (2019). Handbook: Addressing violence and harassment against women in the world of work. <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2019/addressing-violence-and-harassment-against-women-in-the-world-of-work-en.pdf?la=en&vs=4050>

Implementação; o Plano Nacional para o Avanço da Mulher; a Lei sobre Violência Doméstica contra a Mulher (29/2009); a adoção e implementação de uma abordagem multissetorial integrada para ajudar vítimas de violência contra as mulheres; o Plano Nacional de Acção para a Resposta à Violência Baseada no Género no Sector da Saúde; a lei de Prevenção e Combate às Uniões Prematuras (19/2019), incluindo a Lei das Sucessões e revisão da Lei da Família. Contudo, apesar dos esforços a nível institucional, a VBG continua uma grande preocupação no país.

Dados do primeiro e único inquérito abrangente do país sobre a prevalência da VBG, realizado em 2004 pelo Ministério da Mulher e Acção Social<sup>3</sup> indicaram que 54% de mulheres mencionaram ter sido vítimas de violência pelo menos uma vez durante a vida, sendo a violência física e sexual as mais comuns. Um outro estudo, realizado em 2014 concluiu que 48% das mulheres que participaram do mesmo revelaram ter sofrido uma agressão psicológica severa, 39% violência física e 30% violência sexual nos 12 meses antes do estudo. Um outro inquérito realizado pela Universidade Eduardo Mondlane em 2018 nas províncias de Gaza, Nampula e Sofala concluiu que 45,5% de inquiridos relataram ter sido vítimas de violência pelo menos uma vez ao longo da vida.

Importa realçar que os dados acima, apesar de incidirem em algumas zonas/províncias, indicam que as mulheres são as maiores vítimas de VBG, que pode ser entendida como intrinsecamente ligada à masculinidade legitimada e sustentada pelo patriarcado, que coloca a mulher numa situação de subalternidade e desigualdade nas relações de poder e papéis de género. E ainda, que as violências físicas, sexuais e psicológicas constituem as mais predominantes.

### **3.2 Relações de Género e Violência Baseada no Género**

As províncias abrangidas pelo projecto (Nampula, Cabo Delgado e Niassa), localizam-se na zona norte do país e são predominantemente matrilineares, o que significa que a descendência ocorre pela linha da mãe, incluindo a transmissão dos direitos de propriedade da terra. De uma forma geral, a matrilinearidade não altera a posição principal da mulher, no que diz respeito ao controlo de recursos e tomada de decisão que continuam a ser feitos pelos homens da família, do lado materno. Entretanto Menezes (2008)<sup>4</sup>, chama atenção da necessidade de contextualizar a questão uma vez que factores como a incidência forte de valores patriarcais, a religião e o universo cultural, podem desempenhar um papel importante no lugar da mulher na sociedade.

Por exemplo, a região costeira do norte de Moçambique, predominantemente assente em valores matrilineares, aliados à uma forte influência islâmica, tem estruturas próprias de resolução de conflitos onde as estruturas oficiais de justiça (que integram as mulheres) não são muito valorizadas. Apesar destas diferenças, de um modo geral em Moçambique, as mulheres continuam a não poder ter acesso aos recursos, escolaridade e a uma participação activa em muitos dos espaços de tomada de decisão, contudo outros factores podem influenciar as relações de género, as expectativas em relação aos papéis entre homens e mulheres.

Outro exemplo advém de dados recentes, recolhidos numa sociedade matrilinear, que demonstraram que apesar de as mulheres estarem representadas nos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) e ocuparem cargos de liderança a sua participação é quase invisível estando muitas delas alheias ao funcionamento do comité incluindo informações básicas. No que concerne à tomada de decisão e acesso aos recursos (financiamento, informação, etc), nas mesmas comunidades foram identificados casos de mulheres que desistiram de participar nos grupos de poupança porque os seus parceiros decidiam sobre

---

<sup>3</sup> Actualmente, Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS).

<sup>4</sup> Menezes, P. 2008: Mulheres submissas? Mudanças e conflitos no Norte de Moçambique. Universidade de Coimbra.

outras prioridades e isto acontecia mesmo nos casos em que era a esposa que o ganhava, através de pequenos negócios, etc.

A baixa escolaridade, que por sua vez limita o acesso à informação e aos recursos, constitui um dos elementos identificados como tendo inibido mulheres de beneficiarem-se, por exemplo de projectos como o SUSTENTA (quer como PACES ou PA's). Os estereótipos ligados aos papéis sociais de género constituem outros inibidores porque por exemplo, “tradicionalmente” não se espera que as mulheres estejam envolvidas directamente na pesca ou a praticar agricultura para o negócio, esperando que esta esteja em actividades ligadas ao processamento, venda e agricultura de subsistência apesar de existirem vários exemplos de mulheres engajadas no agronegócio.

Importa realçar que devido a constantes apelos para a inclusão da mulher, cria-se um “romantismo” em torno da questão e a inclusão das mulheres em alguns projectos é vista como o cumprimento de uma orientação/obrigação e não como um direito ou merecimento, o que pode resultar na marginalização e discriminação das mesmas mesmo quando inseridas nos projectos. Por exemplo, alguns líderes comunitários de zonas onde é implementado o SUSTENTA afirmaram que “temos que ter mulheres, porque quando não tem PAs mulheres somos questionados. Os chefes quando vêm questionam”. Estas afirmações, mostram que por um lado existe uma preocupação de incluir as mulheres como beneficiárias directas dos projectos de desenvolvimento, mas, por outro, esta necessidade é entendida como uma questão meramente “administrativa”, o que pressupõe que existe ainda há necessidade de alterar a percepção que existe em algumas comunidades sobre os papéis desiguais género. Facilitar o acesso da mulher aos recursos e meios de produção é importante para prevenir a VBG.

Numa situação de exclusão e vulnerabilidade, o assédio e abuso sexual, uniões forçadas e precoces constituem alguns dos riscos a que as mulheres podem estar expostas, por exemplo quando elas participam em actividades em espaço naturalmente dominado por homens, como por exemplo na construção/melhoria de infra-estruturas (buscar água, arrear, cozinhar, sinalização, etc.) num contexto dominado por estereótipos de género construídas a partir de uma ideologia patriarcal. Outros exemplos dizem respeito às comunidades pesqueiras e de mineração, onde a mobilidade de pessoas (pescadores de outras zonas, compradores, empreiteiros de outras zonas), movimentação de dinheiro aumenta e por causa da vulnerabilidade económica muitas mulheres e crianças são sujeitas à casos de VBG. Por várias razões (aparente consentimento da vítima, o desconhecimento dos canais de queixa, a ausência de mecanismos de reclamação acessíveis, normalização social da violência, fraco conhecimento sobre VBG quer por parte das entidades como da vítima, considerar situações de assédio como “brincadeira”, entre outras) o agressor não é responsabilizado.

### ***3.2.1 Situações de conflito, desastres naturais e pandemias e influência sobre a Violência Baseada no Género***

Em situações de emergência criadas por um conflito armado, desastre natural ou uma pandemia, as mulheres e raparigas são afectadas de forma diferente dos homens e rapazes, e as vulnerabilidades são frequentemente agravadas por outros factores, tais como idade, deficiência, etnia ou religião. A separação da família e da comunidade, ou a assunção de certos papéis, tais como ir buscar água, comida ou lenha em lugares desconhecidos, pode colocá-las em risco ainda maior de exploração e abuso.

Em Moçambique, o extremismo violento em Cabo Delgado que levou ao aumento da pessoas internamente deslocadas, o impacto dos desastres naturais (ciclones Idai e Kenneth) e a pandemia COVID-19, que surgiu num contexto já bastante frágil, em termos social e económico (sobretudo para a região norte), aumentam de forma muito significativa a vulnerabilidade das mulheres e raparigas à VBG,

incluindo o risco de aumento do número de relações forçadas, de filhos não assumidos pelos pais e de famílias chefiadas por mulheres, sobretudo devido aos conflitos.

Nos locais de conflito, as mulheres sofrem inúmeras formas de VBG desde agressões sexuais pelos grupos envolvidos no conflito, incluindo nos locais de acolhimento. A exposição ao assédio, abuso sexual, sexo transaccional e casamentos prematuros constituem riscos graves a que mulheres e raparigas estão sujeitas e que pode exacerbar-se com o evoluir da situação, sobretudo num contexto de alta vulnerabilidade económica onde as próprias, mulheres, raparigas e suas famílias podem ter estas alternativas como as mais viáveis para ultrapassar a situação em que se encontram. Evidências recentes podem ilustrar a forma como estes eventos tiveram um impacto maior nas mulheres e raparigas, pelo facto de se encontrarem já expostas a uma situação de risco e vulnerabilidade, o que dificulta o recomeço da sua vida e meios de subsistência incluindo o aumento do risco de VBG nas suas variadas formas.

Um estudo exploratório realizado pela Universidade Eduardo Mondlane em 2019, mostra que em contextos de conflito, as mulheres sofrem todo o tipo de violência (sexual, física, psicológica e social-separação dos membros das suas famílias). O mesmo estudo indica ainda que os conflitos provocam consequências devastadoras para a economia das pessoas (ex. aumento dos preços dos e escassez de produtos). Impactos sociais como o aumento da criminalidade, percepção de perda de valores tradicionais (sentido de respeito intergeracional, reciprocidade, solidariedade).

A província de Cabo Delgado é desde 2017 assolada por conflitos (extremismo violento), por grupos armados desconhecidos, tendo criado uma situação de instabilidade e insegurança e estima-se que o conflito já provocou mais de 3,800 mortes e o deslocamento de aproximadamente 700,000 pessoas (sendo a maior parte mulheres, raparigas e crianças) que se refugiaram para outras zonas/distritos da província mais seguras ou para Nampula e Niassa. De acordo com um estudo realizado em fevereiro de 2021 pela Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE) em Cabo Delgado, nos locais de acolhimento (quer seja nos centros ou em casas de familiares, amigos, etc), as pessoas deslocadas (quer homens como mulheres) internas experimentam várias formas de violência, que incluem: insegurança, aumento da sobrecarga do trabalho doméstico não remunerado, falta de recursos/acesso à terra para produzir alimentos (subsistência e oportunidades de negócio), discriminação (são tratadas por “*Anakhoto*” = “pessoas vindas da guerra”), maus tratos ou exploração (serviços domésticos não remunerados, realizados pelas mulheres deslocadas internas em troca moradia), perda de bens materiais, discriminação na base da religião (sobretudo sendo esta muitas vezes vista como o foco do conflito), exclusão na distribuição de bens e serviços. Esta situação para além de agudizar a vulnerabilidade socio-económica das mulheres funciona como bloqueio para a sua recuperação e das suas famílias para que possam recomeçar a reconstruir a s suas vidas na zona de acolhimento. Esforços adicionais e uma atenção especial deverá ser tomada em conta para permitir que estes grupos já vulneráveis não sejam excluídos.

Por sua vez, o estudo da avaliação do impacto dos ciclones IDAI e Kenneth em homens e mulheres numa perspectiva de género, realizado nas províncias afectadas, incluindo Cabo Delgado, uma província já conhecida pelos altos índices de uniões prematuras e outras formas de violência contra mulheres e raparigas, a vulnerabilidade das mulheres e a exposição ao risco de VBG aumentou com a eclosão dos ciclones. Foram reportados casos de abuso de poder e assédio sexual cometidos contra as mulheres e raparigas em troca de comida, sobretudo nos centros de acomodação ou mesmo nas famílias de acolhimento, pelos líderes comunitários e outras pessoas responsáveis nos centros de acomodação e outros locais. O estudo indica ainda que as raparigas em particular, órfãs de pais vítimas de HIV e SIDA, eram as mais vulneráveis e propensas à pressão ao sexo transaccional para pagar a escola, alimentação, e comprar roupa para si e os seus irmãos mais novos. A insegurança, limitou ainda as mulheres de continuarem com as suas actividades de subsistência, como por exemplo, ir a machamba.

Como anteriormente mencionado, a COVID-19 emergiu num contexto já frágil e de alto risco para as mulheres e raparigas sobretudo na zona norte, o que veio a expor as mesmas a vulnerabilidades múltiplas

e interseccionais aumentado ainda mais a exposição ao risco da VBG, tal como aconteceu em vários países. Um outro estudo recentemente realizado pela ONU Mulheres e UNFPA em finais de 2020 demonstrou que a VBG aumentou com a eclosão da COVID-19 em Moçambique, incluindo a insegurança das mulheres e o medo de serem vítimas quer em casa como na rua. Ainda, a Covid-19 contribuiu para aumentar o peso do trabalho não remunerado (tarefas domésticas) realizado pelas mulheres o que limita e poderá limitar a sua participação em outras actividades fora de casa.

No meio deste contexto, é importante encontrar medidas e acções que vão contribuir para aumentar a capacidade das mulheres e raparigas sobretudo as mais vulneráveis de participar e beneficiar-se das oportunidades de criação de meios de subsistência que irão contribuir para reduzir a sua vulnerabilidade e risco de VBG que são os principais entraves para o empoderamento das mulheres e raparigas. E existem evidências que mostram que uma atenção específica às necessidades e prioridades das mulheres baseada na resposta aos principais elementos que inibem a sua participação plena nas diferentes iniciativas de desenvolvimento, pode melhorar a situação. Por exemplo, a Estratégia de Género do sector Agrícola 2016-2025 assinala que esforços levados a cabo a partir de 2005<sup>5</sup> resultaram em progressos assinaláveis no que concerne ao acesso pelas mulheres à terra, aos meios de produção, tecnologias, crédito agrário e mercados agrícolas. Contudo, a mesma fonte reconhece que a participação da mulher em toda a cadeia de produção agrária ainda continua muito baixa quando comparada com a sua contraparte masculina, apesar de as mulheres serem a maioria da população empregue no sector agrário. Por exemplo, em 2012, embora as mulheres participam na agricultura com a maior força de trabalho (81,2%) em comparação aos homens (61,6%), apenas 28% das mulheres tem posse de terra contra 71,07% da contraparte masculina; dos produtores assistidos pela rede de extensão pública, 20,98% das mulheres receberam conselhos técnicos contra 46,5% da sua contraparte masculina; e dos produtores que receberam crédito, 15,81% foram mulheres, contra 71,07% de homens<sup>6</sup>.

## **4 Mapeamento dos Prestadores de Serviços de VGB**

### **4.1 Organizações estatais e poder local**

O Mecanismo Multissectorial de Atendimento Integrado às Mulheres Vítimas de Violência surge no ano 2012 sob a liderança do Ministério de Género, Criança e Acção Social (MGCAS) como um instrumento de coordenação entre entidades governamentais, e com a participação da sociedade civil, para dar resposta e atendimento integrado às mulheres vítimas de violência, interligando os sectores, os papéis chave, as áreas e necessidades prioritárias. O mecanismo integrado contempla as seguintes instituições do governo: Ministério da Género, Criança e Acção Social (MGCAS), Ministério da Saúde (MISAU), Ministério do Interior (MINIT) e Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (MJCR)/IPAJ.

Pode-se ter acesso ao mecanismo através de:

- (i) Centro de Atendimento Integrado (CAIS): nos quais estão inseridos num mesmo espaço, os serviços de saúde, apoio psicossocial, policial e jurídicos. Existem no país 25 CAIS<sup>7</sup> e nas províncias abrangidas pelo projecto apenas na província de Nampula (cidade de Nampula), sendo que Niassa e Cabo Delgado não possuem CAIS;

---

<sup>5</sup> Altura da aprovação da primeira Estratégia do Género do Sector Agrário (EGSA 2005-2010), seguida da aprovação da Política do Género e Estratégia de Implementação (PGEI) e do Plano Nacional de Acção para o Avanço da Mulher (PNAM);

<sup>6</sup> Fonte: Estratégia de Género do Sector Produtivo 2016-2025;

<sup>7</sup> Fonte: MGCAS: Lista de CAIS no país actualizada, em Junho de 2020;



- (ii) Gabinete de Atendimento à Família e Menor Víctima de Violência (GAFMVV): que funcionam sob a égide e dentro das esquadras da Polícia da República de Moçambique, existindo no país 25 gabinetes<sup>8</sup> e 351 secções<sup>9</sup> de atendimento;

É importante ainda mencionar o papel das organizações da sociedade civil locais e nacionais no atendimento às vítimas de violência, das lideranças comunitárias (pessoas influentes, líderes religiosos, líderes comunitários, matronas, madrinhas etc) como agentes que desempenham um papel importante na prevenção da VBG, dado o seu papel de guardiões das práticas e normas tradicionais, que algumas perpetuam e legitimam a VBG .

Apesar da existência destes serviços, existem lacunas no seu funcionamento, por um lado devido ao desconhecimento da existência dos serviços por parte das comunidades ou pelo desconhecimento dos seus direitos pelas comunidades, opção pelo uso de instâncias locais/comunitárias de resolução de VBG, dificuldades de acesso, normalização da VBG, medo de represálias/pressão da família e da comunidade e a dependência financeira ao agressor que muitas vezes é o parceiro/esposo, o que contribui para a fraca demanda pelos mesmos; por outro lado, existem fragilidades técnicas no atendimento dos casos, falta de meios para fazer a divulgação das leis e serviços e mensagens chaves de prevenção à VBG. É importante ainda mencionar que a fraca criminalização dos casos também contribuiu para a fraca procura dos serviços.

#### **4.2 Organizações Não- Estatais que actuam na protecção dos direitos das mulheres e VBG<sup>10</sup>**

A tabela abaixo apresenta o mapeamento preliminar dos prestadores de serviços de VBG pelas organizações não estatais (ONG, OSC, OCBs, Redes) nos locais abrangidos pelo projecto com um foco para as províncias. Entretanto, importa realçar ainda que este mapeamento está sujeito à actualização e aprofundamento que é recomendado que seja feito a nível local no início da implementação do projecto.

É importante destacar a iniciativa Spotlight, um programa financiado pela União Europeia e implementado pelas Nações Unidas e em parceria com o Governo de Moçambique. O projecto faz como grupo alvo mulheres e raparigas entre 10-24 anos de idade, cujo principal foco eliminar a violência contra mulheres e raparigas. As principais áreas de intervenção da iniciativa são: promoção de leis e políticas; apoio ao movimento de mulheres e sociedade civil; acesso a dados de qualidade sobre VBG; Serviços essenciais (capacitação de provedores de serviços de assistência às vítimas e melhoria da qualidade dos serviços); promoção de normas sociais, atitudes e comportamentos sensíveis a equidade de género; e o apoio institucional ao governo e organismos regionais em aspectos relacionados com VBG e práticas sociais nocivas. O mesmo actua em 3 províncias sendo que das províncias abrangidas pelo projecto, apenas Nampula (distritos de Moma e Angoche) entretanto a iniciativa também intervém ao nível central.

---

<sup>8</sup> Distritos do projecto com Gabinetes de atendimento: Nampula; Angoche; Cabo Delgado; Montepuez.

<sup>9</sup> As secções de atendimento à família e menores existem em todos os distritos abrangidos e podem ser encontrados nos comandos distritais, Esquadras e Postos Policiais, contudo a sua estrutura não é especializada para casos de VBG.

<sup>10</sup> Esta identificação deve ser considerada provisória e recomenda-se que seja aprofundada posteriormente. A mesma foi apenas baseada na revisão de literatura.

Nome	Actividades específicas na área de Género
<b>Nampula</b>	
AENA (Associação Nacional de Extensão Rural)	Divulgação de leis de família e violência doméstica; Debates sobre Género e HIV/SIDA; Debates sobre género, participação e liderança; Integração de mulheres no processo de alfabetização de educação de adultos; agricultura; recursos naturais
AMR (Associação de Mulheres Rurais)	Divulgação de leis contra violência; Debates sobre género e violência
AMORA – Associação de Mulheres para Apoio da Rapariga	Direitos das mulheres, Violência baseada no género
Activa	Direitos das Mulheres
NUGENA – Núcleo de Género de Nampula	Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres
OPHAVELA – Associação para o Desenvolvimento Socio Económico	Temas transversais: Meio Ambiente, Género e HIV e SIDA; Sessões de Debate nos grupos de Poupança sobre as relações sociais de género no contexto do Desenvolvimento Comunitário e do HIV e SIDA
OPHENTA- Associação de Mulheres e Apoio à Raparigas	Governança com enfoque para os direitos humanos, direitos humanos das mulheres e raparigas
Nações Unidas/Spotlight Initiative <sup>11</sup>	Violência baseada no género (10-24 anos), practicas nocivas; serviços essenciais de apoio às vítimas e sobreviventes de violência;
TCV – Todos Contra Violência	Assistência Social, Defesa dos direitos da Mulher na área da Violência
<b>Niassa</b>	
Estamos- Organização comunitária	Água e Saneamento, HIV e SIDA, Recursos Naturais, Governança e Auditoria Social (mulher e a criança como área transversal)
FOFEN-Fórum das Associações Femininas do Niassa	Prevenção da VBG, Mulheres Paz e Segurança, Participação das Mulheres na Política
<b>Cabo Delgado</b>	
AME-Associação Mulher Esperança	Defesa dos direitos das mulheres, prevenção imobilização contra VBG
AVSI – Passarinhos a voar	Desenvolvimento social e educativo, segurança alimentar, agricultura, energia e meio ambiente, emergência, VBG
DJUMULA – “Resolver Tudo” (Cabo delgado)	Violência baseada no género
GDJM (Mama Mahincha Pitara)	Assistência Jurídica e Apoio psico social as vítimas de VBG, primeiros núcleos na Província a prestar serviços de encaminhamento de casos de VBG e apoio Psico Social as vitimas de VBG
OCUPALI - Acreditar	Violência baseada no género
PROMURA- Associação de Protecção a Mulher e Rapariga	Violência baseada no género
UNU WAWATIANA – Crescimento das Mulheres	Violência Baseada no género
UNUWATHIANA	VBG – Sensibilização comunitária através da rádio

<sup>11</sup> A Iniciativa Spotlight actua também ao nível nacional nas áreas de promoção de leis e políticas; capacitação institucional; melhoria da colecta e disponibilização de dados sobre VBG (infoviolência database). Dos distritos abrangidos pelo projecto Nampula é uma das que implementa a iniciativa nos distritos de Moma e Angoche;

KWENDELWIA	VBG – sensibilização comunitária
<b>Nacionais (Organizações de âmbito nacional que actuam em um ou mais províncias cobertas pelo projecto)</b>	
AMMCJ – Associação Moçambicana de Mulheres de carreira Jurídica	Assistência Jurídica e Apoio psico social as vítimas de VBG
AMODEFA- Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Família	Direitos sexuais reprodutivos
AGA KHAN	VBG, empoderamento económico da mulher, voz activa, Promoção da igualdade de género nas organizações
Ariel Gleiser	Direitos Sexuais e Reprodutivos e HIV/SIDA
Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE)	Pesquisa e treinamento de mulheres no setor informal, treinamento em saúde e prevenção de HIV / AIDS e treinamento em consciencialização jurídica
CARE International	Género e nutrição; Treinamento sobre lei de terra, lei de família e violência baseada no género; Género e Inclusão Social no Programa de Prevenção e Resposta a Emergência em Moçambique; Empoderamento da mulher para alcançar a igualdade de género.
DKT – Íntimo	Direitos Sexuais Reprodutivos da mulher
FDC-Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade	Erradicação da pobreza, advocacia, justiça social, construção da paz e reconciliação nacional e coesão social, direitos das mulheres, crianças e raparigas
IREX-Programa para Fortalecimento da Mídia	Cobertura de matérias relacionadas com Violência baseada no Género (Rede de Pontos Focais nas Rádios Comunitárias parceiras)
LAMBDA	Defesa dos direitos das minorias sexuais
Magariro	Advocacia e defesa dos direitos dos grupos mais desfavorecidos
N´weti	Comunicação para mudança de comportamento na área da saúde e género; multimédia, Pesquisa e Mobilização social
PATHFINDER	Direitos sexuais reprodutivos
Rede CAME	Prevenção e combate a todas as formas de abuso da criança através da educação, advocacia e sensibilização
WLSA- Mulher e Lei na Africa Austral	Pesquisa sobre a situação dos direitos das mulheres, advocacia, mobilização social sobre o combate e prevenção a VBG

## 5 Análise dos Riscos e Acções para a Redução nas Áreas do Projecto

De acordo com os últimos relatórios, 45% dos deslocados internos devido ao conflito no norte do país são crianças e 32% são mulheres. Fechar as lacunas de género no acesso a oportunidades económicas, gestão de recursos naturais e ativos, e investir no capital humano das mulheres é fundamental para fortalecer o papel e a autonomia das mulheres e aumentar a resiliência das comunidades nas províncias do Norte. Dadas as vulnerabilidades identificadas e tendo em consideração os riscos apresentados na tabela abaixo, considera-se que o projecto terá um risco **Substancial**, sobretudo devido ao escalonamento e intensificação da violência extremista em de Cabo Delgado que está/poderá continuar a influenciar a VBG nas mulheres e raparigas. O seguinte Plano de Acção esta estruturado por tipo de actividade do projecto incluindo ao final uma secção que é aplicável a todas as actividades que tem risco de aumentar a VBG.

### 5.1 Plano de Acção de VBG

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Indicadores de Execução	Parte Responsável
<b>Infra-estruturas (sub-componente 1.1; 1.2; 1.5 e 2.2)</b>	- Aumento da mobilidade masculina, por causa das obras de construção pode aumentar o risco de VBG (assédio, abuso sexual, uniões forçadas/prematuras), incluindo violência por parceiros íntimos que pode resultar de situações de envolvimento dos trabalhadores das obras com mulheres e raparigas locais (incluindo entre trabalhadores da mesma empresa). Esta situação pode exacerbar-se sobretudo nas comunidades abrangidas pelo projecto que foram afectadas directa ou indirectamente (acolhimento das vítimas do conflito), pelo conflito em Cabo Delgado que veio agravar a situação já precária incluindo os efeitos económicos da COVID-19;	- Elaborar e implementar um código de conduta a ser observado/assinado pelos trabalhadores envolvidos nas actividades de infraestruturas nos diferentes sub-projectos; O código de conduta deve ser um anexo do contrato da empreitada.  - Realizar palestras e acções de sensibilização sobre VBG, especificamente o assédio e abuso sexual e uniões prematuras direccionadas aos trabalhadores nas obras (homens e mulheres), incluindo disponibilizar informação sobre a criminalização da VBG e sanções aplicáveis; acções e comportamentos proibidos no âmbito do projecto.	# de projectos que tem um código de conduta;  # de trabalhadores que assinam o código de conduta  # de palestras realizadas para os trabalhadores envolvidos nas empresas de construção	UIP em colaboração com os SDSAS
<b>Actividades económicas (sub-componente 1.2; 1.3; 1.4; 1.5)</b>	- Aumento da renda por parte das mulheres e o seu envolvimento em actividades económicas pode exacerbar o risco de violência física e psicológica por parte dos seus parceiros devido às normas sociais prevalentes que colocam a mulher na situação de subalternidade, o que pode prejudicar também a sua participação efectiva nas actividades do projecto que	- Implementar a metodologia GALS nas famílias para ajudar a identificar as barreiras ao progresso económico e social ligadas à divisão de trabalho por género, bem como as vantagens da inclusão das mulheres para a economia familiar e comunitária;	# de famílias que abrangidas na implementação da metodologia GALS	UIP

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	<p>incluem o empoderamento económico das mulheres.</p> <p>- Aumento de casos de assédio sexual e abuso de autoridade, como forma de favorecimento de algumas mulheres para serem incluídas/seleccionadas nos projectos ligados a actividades económicas, mesmo nos casos em que estas demonstram capacidade para beneficiarem-se dos mesmos;</p> <p>- A existência de projectos de actividades económicas pode facilitar o surgimento de pessoas economicamente empoderadas (em comparação com a maioria), sobretudo homens o que pode dar lugar a situações de uniões prematuras/forçadas, assédio e abuso sexual e sexo transaccional. Em situações de vulnerabilidade económica, destruição económica devido aos conflitos as mulheres e raparigas chefes de agregados familiares ou de famílias economicamente desfavorecidas são as mais expostas muitas vezes pressionadas pela situação económica, por pais e outros membros da família.</p>	<p>- Prestar apoio técnico específico às mulheres no processo de candidaturas/submissão de propostas para financiamento, preferencialmente o apoio deve ser feito por mulheres;</p> <p>- Em parceria com ONGs locais, promover sessões de sensibilização comunitária sobretudo direccionadas aos líderes, e pessoas influentes, homens e rapazes sobre: importância de proteger os direitos das raparigas e leis relacionadas com a VBG;</p>	<p>% de mulheres (social e economicamente expostas) que se beneficiam de financiamento para as actividades económicas (desagregar por tipo de vulnerabilidade);</p> <p># de casos de VBG contra as mulheres e raparigas nas áreas de implementação de sub-projectos com componente económica</p>	
<p><b><u>Fortalecimento de capacidades (sub-componente 1.1)</u></b></p>	<p>- Risco de assédio e abuso sexual às raparigas no processo de selecção e candidatura às bolsas de estudo, por parte dos membros do júri e outras pessoas influentes na comunidade (ex. de pessoas que podem aproveitar-se da situação mesmo não fazendo parte do processo). Este risco pode ainda ser agravado pelo desconhecimento/falta de informação sobre as regras/normas de acesso às bolsas</p>	<p>- Disseminar informações relacionadas com o acesso às bolsas de estudo nas escolas através dos clubes de raparigas e esclarecer sobre os procedimentos do processo e alertar sobre algumas a possibilidade de surgirem atitudes contrárias aos procedimentos estabelecidos (ex. pessoas que podem promover o acesso à bolsa em troca de favores). As rádios comunitárias e outras fontes de comunicação podem ser</p>	<p># de programas nas rádios comunitárias sobre o programa de bolsas de estudo</p>	<p>UIP</p>

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	<p>pelos raparigas. É importante mencionar que a procura pelos serviços de educação e sobretudo por bolsas de estudo pode agravar-se na situação actual da COVID-19 e conflitos e Cabo delgado, onde a capacidade das famílias de financiar/ custear as despesas com a escola dos filhos vai reduzir (as raparigas serão as mais afectadas);</p> <p>-Nos dormitórios, as raparigas correm ainda o risco de assédio e abuso sexual por parte de outros alunos de sexo masculino como funcionários, pela troca de manutenção/acesso, bens e serviços. Particularmente as raparigas afectadas por conflitos podem ser as mais expostas ao risco por terem poucas alternativas localmente;</p>	<p>usadas para divulgar a mesma informação;</p> <p>- Envolver mais mulheres nos comités de júri, preferencialmente as pessoas que já trabalham com os clubes de raparigas nas escolas (ex. Matronas, membros de ONGs; e professoras);</p> <p>- Realizar palestras frequentes nas escolas e sancionar situações de VBG por parte de professores e alunos com base no código de conduta vigente no sector de educação e pela lei em vigor no país.</p> <p>- Instalar de caixas de reclamação nas escolas em locais seguros para facilitar as denúncias e seguimento dos casos;</p> <p>- Identificar e capacitar pontos focais nas escolas (ex. professora, oficial de desenvolvimento comunitário ou extensionista mulher) para questões de género e VBG, para servir de elo de ligação/comunicação com as raparigas nos casos de VBG, incluindo aconselhamento e facilitação de seguimento dos casos;</p>	<p># de mulheres que fazem parte dos comités de júri para atribuição de bolsas</p> <p>% de escolas com planos de palestras sobre VBG que são implementados</p> <p>% de escolas com informação sobre VBG acessível aos alunos (ex. cartazes, panfletos, etc)</p> <p>% de escolas com mecanismos internos de reclamação disponíveis para os alunos</p> <p>% de escolas com pontos focais mulheres capacitados e que tratam de assuntos de VBG</p>	
<p><b><u>Subcomponente 1.4 – Pesca Sustentável</u></b></p>	<p>- Não sendo a pesca uma actividade “tradicionalmente” praticada por mulheres (senão em algumas regiões como recolectoras de produtos marinhos, processadoras e vendedoras), nas comunidades pesqueiras onde o sub-projecto será implementado as mulheres ao não serem abrangidas pelo projecto podem aumentar a sua vulnerabilidade a</p>	<p>- Nos projectos de pesca/comunidades pesqueiras incluir as mulheres nas outras fases da cadeia (ex. processamento e venda), bem como promover/incluir as mulheres em outras actividades ligadas à produção agrícola, actividade de geração de rendimento como actividades complementares, para reduzir a sua dependência económica e reduzir o risco</p>	<p>% de mulheres beneficiárias de sub-projectos de pesca (disagregado por tipo de actividades);</p>	<p>UIP</p>

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	<p>VBG (expostas ao sexo transaccional, alta dependência económica em relação a outros familiares e parceiros, etc).</p>	<p>de exposição a VBG (ex. sexo transaccional, assédio, abuso e casamentos forçados/prematuros).</p>		
<p><b><u>Todas as actividades com potencial de risco de VBG (1.1; 1.2; 1.3; 1.4; 1.5; 2.1; 2.2;</u></b></p>	<p>- Fraca consciência sobre a VBG por parte de homens e mulheres nas áreas do projecto, pode levar à “neutralização, normalização e silenciamento” dos casos perpetuando os casos, o que pode afectar negativamente os direitos humanos das mulheres e a sua participação e benefícios do projecto. Este risco pode agravar-se nas comunidades de acolhimento de pessoas (foco para mulheres e raparigas) provenientes das zonas afectadas pelo conflito ou no caso de mulheres e raparigas nos centros de acomodação para deslocados internos;</p> <p>- Risco de assédio relacionados com o aliciamento das mulheres para beneficiarem-se do (incluindo a tramitação do processo/documentação para a candidatura) sobretudo as mulheres vulneráveis e deslocadas pelo facto de estarem fora das suas comunidades e não possuírem a sua base comunitária normal de apoio. Este risco pode ainda resultar na exclusão económica das mesmas. Ainda, mulheres e raparigas provenientes das zonas de conflito podem estar psicologicamente abaladas pela violência a que estiveram expostas (incluindo abuso</p>	<p>- Alocar e treinar facilitadores comunitários nos diferentes projectos em matérias de VBG para fazerem a monitoria dos mesmos nas comunidades junto aos beneficiários, encorajar/facilitar a denúncia e seguimento dos mesmos;</p>	<p># de facilitadores comunitários alocados aos projectos que monitoram casos de VBG nas comunidades (disagregado por sexo)</p> <p>% de casos de VBG que apresentados e que foram seguidos (contra os casos reportados);</p>	<p>UIP</p>

Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Indicadores de Execução	Parte Responsável
	<p>sexual), o que pode torná-las mais expostas aos casos de VBG nas comunidades de acolhimento, resultando num aproveitamento por parte dos responsáveis e pessoas envolvidas no sub-projecto (ex. pelos extensionistas no processo de selecção dos beneficiários;</p> <p>- Fraco conhecimento sobre a disponibilidade dos serviços e acções a serem feitas nos casos de violência (protocolos) de prevenção e atendimento de casos de violência pode levar ao risco de casos de violência não denunciados o que</p>	<p>- Mapear os serviços disponíveis na comunidade e disponibilizar informação sobre os mesmos, incluindo o protocolo e fluxograma de denúncias;</p>	<p>Lista de organizações e serviços disponíveis para atender casos de VBG no local do projecto e proximidades (desagregado por tipo de serviços, de atendimento às vítimas de VBG)</p>	
	<p>- Há o risco de as mulheres provenientes de zonas afectadas por conflito serem vítimas de violência física e psicológica por familiares e comunidades nos locais de acolhimento por se considerar que estão a ter mais privilégios, uma vez que o projecto irá priorizar sobretudo as pessoas deslocadas internas devido ao conflito;</p>	<p>- Envolver ambas comunidades (acolhimento e chegada) na tomada de decisão sobre as iniciativas em curso envolvendo as pessoas provenientes de zonas afectadas por conflitos e informá-las sobre os benefícios e razões para a priorização os grupos mais vulneráveis e juntos definirem as melhores estratégias de apoio;</p>	<p># de encontros comunitários realizados envolvendo a comunidade de acolhimento e de chegada para discutir/decidir sobre a implementação dos projectos</p>	
	<p>- Com a ausência/fraco funcionamento de mecanismos de reclamação dentro dos projectos que reportem casos sobre VBG, há o risco de as mulheres e raparigas vítimas e sobreviventes de VBG não denunciarem os casos, o que pode perpetuar e normalizar situações similares e incentivar os perpetradores a continuarem com tais actos</p>	<p>- Criar e implementar um mecanismo de reclamação e disponibilizar informação sobre os serviços existentes de apoio e prevenção da VBG e as acções a serem levadas a cabo em caso de violência na comunidade.</p> <p>- Elaborar um Protocolo de Resposta da GBV com medidas específicas a serem tomadas em caso de divulgação informal ou de notificação formal de um caso de</p>	<p>% de projectos com mecanismos de reclamação e denúncias funcionais que incluam aspecto específico sobre VBG;</p> <p>Protocolo de Resposta elaborado</p>	



Tipo de Actividade/sub-componente	Riscos e Considerações	Medidas de mitigação, Prevenção e resposta	Indicadores de Execução	Parte Responsável
		<p>GBV ao pessoal do projecto ou através de a utilização do mecanismo de reclamações, por sobreviventes ou terceiros, no local de trabalho e na comunidade. O Protocolo deve incluir os tipos de apoio e informação a fornecer a sobreviventes.</p>		
		<p>-Proteger e fornecer segurança às vítimas (incluindo a não perda do emprego) como forma de encorajar outras mulheres na mesma situação a fazerem a denúncia e desencorajar actos similares por parte dos perpetradores (ex. estabelecer e implementar protocolos para a gestão de informação confidencial relacionada com os casos de VBG, incluindo os dados de sobreviventes e denunciantes;</p>	<p>- % de casos de VBG apresentados através dos mecanismos de reclamação que foram seguidos; - Nível de satisfação de mulheres e raparigas beneficiárias e nas áreas do projecto sobre o funcionamento dos mecanismos de reclamação e denúncia ligados a VBG, incluindo a gestão de casos por parte dos responsáveis pelos sub-projectos</p>	

## 5.2 Orçamento para o plano de acção de VBG (a ser confirmado com a equipa do projecto)

<b>Nr</b>	<b>Acções-chave</b>	<b>Orçamento (USD)</b>
1	1 Especialista de GBV na PIU central 2 Assistentes de GBV nas PIUs de Nampula e Niassa	540,000
2	Treinar Facilitadores comunitários em VBG para monitorarem casos de VBG nas comunidades	50,000
3	Mapear os actores existentes e disponibilizar a informação para os intervenientes do projecto sobre a disponibilidade dos serviços nos 18 distritos do projecto	30,000
4	Realizar sessões de sensibilização e palestras regulares sobre VBG nas áreas de intervenção do projecto, incluindo as principais Leis ligadas a defesa dos direitos das mulheres, com foco para VBG (incluindo nas escolas)	70,000
5	Criar e divulgar o protocolo de funcionamento do mecanismo integrado de atendimento às vítimas de violência durante as sessões de mobilização e sensibilização sobre VBG	
6	Produzir e distribuir materiais de comunicação e informação sobre VBG nas áreas do projecto	
7	Implementar a metodologia GALS em agregados seleccionados que fazem parte do projecto	*
8	Desenhar e implementar um sistema de monitoria do projecto que inclua questões de género e VBG	40,000
9	Realizar encontros anuais de aprendizagem sobre VBG no projecto e documentar as lições aprendidas e boas práticas	30,000
	<b>Total</b>	<b>760,000 USD</b>

\*Incluído no orçamento do projecto na Subcomponente 1.1

## Referências

CECAGE/UEM (2018): Inquérito sobre Violência contra Mulheres e Raparigas em moçambique-Províncias de Gaza, Sofala e Nampula;

CECAGE/UEM (2019): Estudo exploratório: Promoção da participação efectiva das mulheres e raparigas nos processos de paz, segurança e reabilitação em Moçambique;

Cruz e Klinger (2011): Gender-based violence in the world of work: Overview and selected annotated bibliography.

Meneses (2008): Mulheres submissas? Mudanças e conflitos no Norte de Moçambique. Universidade de Coimbra.

MULEIDE (2021): Mapeamento sobre a violência baseada no género no contexto de vulnerabilidade face à emergência em Cabo Delgado, com foco para as mulheres e meninas deslocadas internas;

MADER (2016) Estratégia de Género do Sector Produtivo 2016-2025;

ONU Mulheres (2020): Avaliação profunda do impacto Idai e Kenneth sobre os assuntos de género;

ONU Mulheres e FNUAP (2020): Avaliação Rápida sobre o Impacto da COVID-19 numa perspectiva de género em Moçambique;

World Bank (2019): Gender Based Violence (GBV)- Mozambique Risk Assessment Portfolio Review

[https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence\\_en](https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en)

[https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence\\_en](https://ec.europa.eu/info/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-based-violence/what-gender-based-violence_en)

World Health Organization (WHO) Covid 19 Questions and Answers. 2020. <http://www.emro.who.int/health-topics/corona-virus/questions-and-answers.html> .

UN Women (2019). Handbook: Addressing violence and harassment against women in the world of work. <https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2019/addressing-violence-and-harassment-against-women-in-the-world-of-work-en.pdf?la=en&vs=4050>

